

DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/1980-3532.2015n13p155>

## RESENHA

### **Escolas militarizadas: a educação na linha de fogo**

#### *Militarized schools: the education in the line of fire*

Treicy Giovanella da Silveira  
Mestranda em Sociologia Política (UFSC)  
Bolsista CAPES  
treicy.gs@gmail.com

CAETANO, Ian, VIEGAS, Victor. (Orgs.). **O Estado de Exceção Escolar: uma avaliação crítica das escolas públicas militarizadas.** Aparecida de Goiânia: Escultura produções editoriais, 2016.

Originais recebidos em: 28/03/2016  
Aceito para publicação em: 24/06/2016



está licenciado sob uma [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/) Atribuição-Usos Não-Comerciais-Vedada a criação de obras derivadas 3.0 Unported License.

O livro intitulado *O Estado de exceção escolar: uma avaliação crítica das escolas públicas militarizadas*, organizado por Ian Caetano e Victor Viegas, estudantes de Ciências Sociais da UFG e pesquisadores do PROLUTA (núcleo de pesquisa da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás), reúne textos sobre a crescente militarização de colégios em Goiás que pretendem ser uma modelo exportado para outros estados. Em Goiás o governo do estado lida com a precariedade da educação, indicada com base no baixo índice de aproveitamento do ENEM das escolas, transferindo a gestão escolar para Organizações Sociais ou entregando-as como um todo à Polícia Militar do estado. Segundo os autores do livro as escolas são remodeladas a partir dos valores e princípios organizacionais das instituições remetendo sobretudo “as imposições, doutrinações e abusos que tal regime implica” (CAETANO, VIEGAS p.12).

Os textos do livro buscam responder duas questões: “militarização seria de fato a escolha mais eficiente e viável?”, e “seria esse o caminho para reduzir a disparidade no ensino?” (CAETANO, VIEGAS, 2016, p. 13). São apresentadas sistematicamente críticas ao modelo de militarização das escolas públicas de Goiás apelando para, além da implementação de uma modelo de gestão e organização pautada na hierarquia, disciplina e “violência camuflada”, na falsa promessa de que tal transformação na educação seria a solução para as escolas públicas com baixo índice de aproveitamento no Exame Nacional do Ensino Médio. E ainda desconsiderando a escola como um ambiente também de produção e reprodução de conhecimentos e ideologias.

O livro é iniciado com uma entrevista, “Os dilemas de estudar no regime militar: relatos de uma estudante em uma escola militarizada”, feita pelos organizadores do livro com uma ex-aluna de colégio militarizado. O texto aborda um pouco da trajetória da aluna no colégio e suas percepções sobre o cotidiano escolar com práticas militares. Apesar da matrícula no colégio ter sido uma escolha da própria aluna que pretende seguir carreira militar, sobre as dificuldades encontradas entre os alunos que não se adaptam as ordens de organização e abusos da hierarquia militar dentro da instituição. Com relatos pessoais, a entrevista revela a perversidade e a violência simbólica de um militar em sala de aula e como os próprios alunos reagem sob os aspectos coercitivos de tal ensino.

O capítulo seguinte intitulado “As escolas militares: o controle, a cultura do medo e da violência” de Dijaci David de Oliveira (professor na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás), questiona o modelo seguido pelo governo do estado em sua política de terceirização da educação e as justificativas para a militarização das escolas. As duas mais graves, alertadas pelo autor, são: a acomodação do excedente de policiais militares formados em espaços de trabalho e “uma política de contra-ataque aos movimentos sociais” (OLIVEIRA, 2016, p. 41). O autor aborda os argumentos a favor da militarização das escolas elegendo dois como principais, um voltado para o medo e a violência, ou um reforço da segurança pública, e outro baseado numa visão negativa da adolescência tratando os jovens perigosos e ameaçadores. Tais discursos, difundidos amplamente entre a população não deixam transparecer os interesses políticos, econômicos e de visão de mundo embutidos na cultura do medo. Neste sentido o autor aponta o forte papel da grande mídia, dos tradicionais donos dos meios de comunicação e principalmente dos interesses do mercado voltados para a segurança. O argumento principal de discussão de Oliveira é o de que “o processo de militarização das escolas é parte do processo de ampliação do controle social” (idem, p. 48) pautada sobretudo naquilo já denunciado por Foucault (1987): a docilização e controle dos corpos e da mente. Ainda assim, o autor convida o leitor para a construção de um modelo escolar que dê conta das demandas da juventude além do compromisso com uma sociedade mais igualitária.

Francisco Mata Machado Tavares, também professor da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal Goiás, escreve o texto seguinte, “Quem quer manter a ordem? A ilegalidade da militarização das escolas em Goiás”, focando sua discussão no regime jurídico que contempla a educação pública. Atentando-se para o fato de que essa transformação das escolas configura-se de numa política de Estado voltada a segurança pública mesmo que não anunciada desta forma, e, por isto, o autor questiona a sua constitucionalidade. O repasse das escolas públicas para a Polícia Militar fere os preceitos democráticos de gestão da escola previstos pelo Superior Tribunal de Justiça. Neste sentido a direção do colégio, mesmo que militar, deveria seguir as recomendações e decisões resultantes também de reuniões presididas por pais, estudantes, corpo docente, ou seja, sua respectiva comunidade.

O texto seguinte é o de Tavares que ressalta vários aspectos legislativos dos quais as escolas militarizadas infringem como (1) a não observância sobre a autoridade hierárquica e participativa da comunidade sobre as decisões didático-pedagógicas, normas internas, padrões disciplinares; (2) o princípio da gratuidade do ensino; (3) o descumprimento da “lei do grêmio livre”; (4) além de romper com o acordo dos países-membro da ONU sobre o problema do “soldado criança”. Há, neste sentido uma ruptura com a ordem democrática de direito no país na atuação da instituição militar nas escolas públicas, principalmente na verificação de que não há legislação que preveja ou permita a gestão de escolas pela Polícia Militar.

O texto de Rafael Saddi Teixeira, professor da Faculdade de História da UFG, versa sobre a exclusão de alunos mais pobres das escolas militarizadas a partir de dados obtidos pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) em questionários aplicados durante o ENEM de 2014. Os dados divulgados demonstram sobretudo a mudança no perfil econômico dos alunos dos colégios públicos militarizados que em um ano aumentam em mais de 100% o “índice de alunos oriundos de famílias que ganham entre 05 e 07 salários mínimos” (TEIXEIRA, 2016, p. 68).

Ellen Ribeiro Veloso (pesquisadora do PROLUTA e mestranda no programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFG) e Nathália Pereira de Oliveira (mestranda do programa interdisciplinar de Pós-Graduação em Direitos Humanos da UFG), trazem reflexões sobre a escola militarizada a partir de um viés adorniano, no que tange a educação contra a barbárie. As autoras apresentam um estudo sobre a transição legislativa do Código de Menores para o Estatuto da criança e do adolescente voltando-se para as implicações teóricas e práticas dessa mudança. Os dois pressupostos fundamentais para a militarização das escolas: “a redução da violência e a melhoria do ensino e estrutura da escola” (VELOSO, OLIVEIRA, 2016, p. 72) são problematizados e questionados sobre a ótica de que a anunciada melhoria do ensino obtida nestes colégios deve ser atrelada muito mais a ampliação e valorização do quadro de funcionários do que da militarização do ensino em si.

O último texto do livro, “Militarização de escolas públicas: avanços ou retrocessos?”, de Joab Júnio Dias Gregório da Silva (pesquisador do PROLUTA e graduado em Ciências Sociais pela UFG), discute os componentes neoliberais de transformação do ensino militarizado, voltando o debate tanto para a forma de

contratação dos professores, baseada no modelo das *charter schools* através de Organizações Sociais a qual reflete na desvalorização da carreira docente, quanto para a falta de clareza das políticas do governo do estado em relação ao atual processo de militarização do ensino. O autor relaciona o rigor disciplinar da formação militar dos policiais com o ensino em escolas militarizadas na medida em que ocorre certa transposição de práticas e saberes aprendidos pelos militares em sua formação, no ambiente escolar. Um elemento-base para tal afirmação é a violência utilizada no ensino da disciplina e hierarquia tendo em vista que a relação de poder imposta hierarquicamente também contribui para a omissão de violências (“abusos e perseguições políticas de estudantes e funcionários/as” (SILVA, 2016, p. 94) e assédios nas escolas.

O carácter político e tom de denúncia dos textos deixam transparecer a crescente preocupação com as consequências sociais de um ensino militarizado para além do que pode ser percebido no cotidiano destas escolas. São explicitadas também as relações de poder no ambiente escolar, ora institucionalizadas através da presença de policiais militares em sala de aula, além da entrega da gestão dos colégios para a corporação. Percebe-se com isso, que o lado mais afetado, ou mais fragilizado com essas mudanças são os estudantes, seus familiares e o corpo docente.

Os autores encaram com sucesso o objetivo de demonstrar os diferentes sentidos problemáticos da gestão militar dos colégios públicos, passando pelos problemas jurídicos, pela exclusão de alunos de baixa renda, manutenção e perpetuação de um discurso do medo e da violência. Cabe ressaltar sobretudo a apresentação à ampla sociedade de um material com análises engajadas e distintas daquela ofertada pela grande mídia sobre o problema da militarização das escolas públicas.

Um aspecto relevante da obra é a simplicidade da escrita dos textos. Os organizadores do livro demonstram uma importante preocupação sobre a acessibilidade dos textos uma vez que o material dos artigos se compõe de uma leitura fluida e menos academicista. Buscando um maior alcance de leitores fora dos muros da universidade os aspectos nem sempre sutis da força militar na sociedade são também retratados nas ilustrações dos capítulos.

As discussões apresentadas no livro podem ser ampliadas a partir de outros trabalhos já publicados que incorporam elementos teóricos ao problema da aproximação

(o que no caso das escolas públicas de Goiás pode ser visto como a imposição institucional da polícia militar aos alunos) entre a Polícia Militar e a educação. Dentre aqueles que dialogam com este tema podemos destacar os seguintes: “Controle do trabalho pedagógico: avanços na rede estadual de ensino de Goiás” de Carmo (2015) que abarca as mudanças neoliberais impostas ao trabalho docente, e suas consequências, nos colégios atingidos pela Reforma Educacional de Goiás desde 2011; e “Um estudo sobre formação democrática e práticas educativas no CFNP” (SILVEIRA, 2014) que aborda as perspectivas sobre democracia entre professores e gestores de uma escola militar em Florianópolis além de apresentar e discutir as práticas educativas baseadas numa estética militar.

## Referências

CAETANO, Ian; VIEGAS, Victor. *O Estado de Exceção Escolar: uma avaliação crítica das escolas públicas militarizadas*. Aparecida de Goiânia: Escultura produções editoriais, 2016.

CARMO, Renato Regis do. Controle do trabalho pedagógico: avanços na rede estadual de ensino de Goiás. In: VI ENCONTRO ESTADUAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO, 2015, Goiânia. *Anais do VI EDIPE*. Goiânia: S/ Ed., 2015. p. 1 - 12. Disponível em: <[http://www2.unucseh.ueg.br/ceped/edipe/anais/viedipe/PDF/GT13Dialogospdf/GT13Controle do trabalho pedagógico avanços e recuos na rede estadual de ensino de Goias.pdf](http://www2.unucseh.ueg.br/ceped/edipe/anais/viedipe/PDF/GT13Dialogospdf/GT13Controle%20do%20trabalho%20pedagogico%20avanços%20e%20recuos%20na%20rede%20estadual%20de%20ensino%20de%20Goiás.pdf)>. Acesso em: fev. 2016.

OLIVEIRA, Dijaci David de. As escolas militares: o controle, a ecultura do medo e da violência. In: OLIVEIRA, Ian Caetano de; VIEGAS, Victor (Org.). *Estado de Exceção Escolar: uma avaliação crítica das escolas militarizadas*. Aparecida de Goiânia: Escultura Produções Editoriais, 2016. p. 41-49.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

SILVA, Joab Júnio Dias Gregório da. Militarização de escolas públicas: avanços ou retrocessos?. In: OLIVEIRA, Ian Caetano de; VIEGAS, Victor (Org.). *Estado de Exceção Escolar: uma avaliação crítica das escolas militarizadas*. Aparecida de Goiânia: Escultura Produções Editoriais, 2016. p. 87-96.

SILVEIRA, Treicy Giovanella da. *Um estudo sobre formação democrática e práticas educativas no CFNP*. 2014. 136 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: <[https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/123805/Treicy\\_TCL.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/123805/Treicy_TCL.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: fev. 2016.

Revista Em Debate (UFSC), Florianópolis, volume 13, p. 155-161, 2015. ISSN 1980-3532

TEIXEIRA, Rafael Saddi. A exclusão dos alunos mais pobres nos Colégio Militares. In: OLIVEIRA, Ian Caetano de; VIEGAS, Victor (Org.). *Estado de Exceção Escolar: uma avaliação crítica das escolas militarizadas*. Aparecida de Goiânia: Escultura Produções Editoriais, 2016. p. 67-69.

VELOSO, Ellem Ribeiro; OLIVEIRA, Nathália Pereira. Nós perdemos a consciência?: apontamentos sobre a militarização de escolas estaduais de ensino médio no estado de Goiás. In: OLIVEIRA, Ian Caetano de; VIEGAS, Victor (Org.). *Estado de Exceção Escolar: uma avaliação crítica das escolas militarizadas*. Aparecida de Goiânia: Escultura Produções Editoriais, 2016. p. 71-84

YONG, M. Para que servem as escolas? *Educação e Sociedade*. Campinas, vol. 28, n. 101, p. 1287-1302, set./dez. 2007.